

RELIGIÃO, MULHER, SEXO E SEXUALIDADE: QUE DISCURSO É ESSE?

Maria Elizabeth Melo da Fonseca¹

Resumo

A Interferência religiosa na educação feminina teve fortes atributos. Percebemos que mesmo com as mudanças ocorridas ao longo do tempo e, nas relações socioculturais, em pleno século XXI, sentimos indícios da influência religiosa no cotidiano da sociedade, principalmente sobre a mulher. Portanto, o presente estudo, por meio da história cultural, dos estudos de Gênero, da Análise do Discurso e dos Estudos Críticos do Discurso, pretende identificar a construção dos discursos, as interferências religiosas e o controle sobre o sexo e a sexualidade feminina.

Palavras-chave: Análise Discurso. Instituição Religiosa. Relações de Poder.

1 NOSSOS GUIAS

As sociedades foram construídas a partir de discursos, de regras, de normas e de tradições culturais. É por volta do século XVIII que, segundo Foucault (2007), nasceu um incentivo político para se falar sobre sexo. Mecanismos foram criados para ordenar e controlar a mortalidade, a natalidade, o estado de saúde e outros. Com isso, o poder público, Estado, objetivava o controle do sexo.

Nos séculos XIX e XX, “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 2007, p. 33). Ao longo dos tempos, o controle do sexo esteve agregado a um rígido controle de relações de poder, ou seja, a aliança da Igreja, do Estado, da Medicina e da Família. Desta forma, os discursos sobre o sexo

[...] não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivo para ouvir e

¹ Mestra em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba; especialista em História, Meio Ambiente e Turismo pelo Centro Universitário de João Pessoa e graduada em História pela UFPB. Pesquisadora dos seguintes temas: gênero, sexualidade, religião e poder.

registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular (FOUCAULT, 2007, p. 33).

Contudo, os representantes de Deus, padres e vigários, possuíam *plateias femininas* (PERROT, 1998) e, em seus discursos, pregavam a aversão ao sexo por prazer, negando à mulher a sexualidade existente. Assim, a moral sexual feminina se constituiu entre o pecado e a indecência. Por meio do discurso, as instituições supracitadas controlavam, vigiavam e criaram regras e normas que se transformaram em valores a atender seus interesses. Nesta perspectiva, utilizaremos o arcabouço teórico-metodológico da História Cultural, a Análise Crítica do Discurso² (doravante ACD) e os estudos de Gênero.

É a partir da História Cultural que buscaremos uma compreensão do contexto histórico-cultural das relações de poder sobre o sexo e a sexualidade feminina. Segundo Peter Burker (2008, p. 38-39) “A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimento e habilidades ligados por uma geração para a seguinte”. Assim, a História Cultural se preocupa em estudar, não apenas a produção cultural das civilizações, mas também, os aspectos políticos, econômicos e sociais.

Consideramos a sexualidade feminina um tema estimulante à pesquisa. Assim, como forma de elucidar este estudo utilizaremos a Análise do Discurso (doravante AD) que constitui em “[...] um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso quotidiano da linguagem quer a linguagem nos contextos sociais” (WETHEREL; TAYLOR; YATES *apud* NOGUEIRA, 2001, p. 22).

Vale ressaltar que, a Análise do Discurso em si não é um método, mas, “[...] antes, constitui um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (DIJK, 2008, p. 11). Utilizaremos a AD como procedimento teórico-metodológico, a partir do qual “podemos analisar os processos sociais” (IÑIGUEZ, 2004, p. 53). A Análise do Discurso nos “[...] permite desmascarar e identificar outras práticas discursivas” (IÑIGUEZ, 2004, p. 93). Cabe ao investigador agir mutuamente com os argumentos essenciais ao dito das pessoas e fazer uso de mecanismos analíticos que possibilitem trazer aquilo que não está explícito no discurso.

² A Análise Crítica do Discurso pode ser entendida como Estudos Críticos do Discurso, expressão usada por Dijk (2008).

A partir do discurso podemos perceber as questões particulares e ideológicas que são construídas por meio do texto. Então, para Caldas-Coulthard (2008, p. 36) o discurso em si será “sempre parte da ação social”; seja falado, seja escrito, ele representará uma prática social.

Contudo, entendo os Estudos Críticos do Discurso como uma modalidade da Análise do Discurso que se utiliza de metodologias e técnicas de várias tradições, se preocupa em estudar as ações sociais postas em prática por meio do discurso e que constituem abuso de poder, controle social, dominação, desigualdade social, exclusão social e marginalização.

Portanto, partimos do pressuposto de que tanto o gênero (quanto o corpo) é um lugar privilegiado de representações socioculturais e históricas. Pensamos gênero como uma construção das representações simbólicas culturais e ideológicas de uma sociedade. Por essas razões, Funck (2008) destaca:

Se gênero é uma construção sociocultural que precisa ser constantemente afirmada, desconstruída e negociada, são exatamente as diferentes práticas discursivas que permitem e promovem os processos de subjetivação e de identificação com aquelas características que em certo momento histórico são vistas como femininas ou masculinas (FUNCK, 2008, p. 186).

Nesse sentido, Louro (2008, p. 18) afirma “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente.” Além disso, compreendo toda a sociedade como produtora e reprodutora de discursos, que os utiliza como meio de controle, pois nas práticas discursivas estão embutidas nas relações de poder existentes na sociedade. Partiremos dessa ideia para uma compreensão da interferência religiosa no sexo e sexualidade feminina.

2 SEXO E SEXUALIDADE FEMININA: O DISCURSO DO PERTENCIMENTO RELIGIOSO?

Quando pensamos em sexualidade nos remetemos, na maioria das vezes, as tradições básicas cristãs seguidas de negação ascética do sexo, de uma prática reprodutora. O cristianismo sempre teve forte desconfiança em relação à sexualidade e “[...] quase no âmago de crenças sobre uma tensão entre a atividade sexual e a espiritualidade, que então se expressava por meio de um conjunto de

novas medidas para reprovar ou regulamentar diversas práticas sexuais” (ESTEARNS, 2010, p. 82).

Ainda a esse respeito, Estearns (2010, p. 83), assevera que “a hostilidade cristã com relação à sexualidade expressiva se fortaleceu de maneira contínua nos primeiros séculos da religião, [...]”. A relação entre sexo e espiritualidade seguiu ao longo do tempo com embates de expressões sexuais, padrões, choques e concessões, acordos e ajustes.

Neste sentido, durante séculos, as sociedades foram regidas por fortes interferências religiosas, uma delas foi a educação doméstica (feminina) que funcionava com limitações, interferências e regras dos dogmas das Igrejas Cristãs. Neste caso, a Igreja Católica possuía uma aliança com a Família e a Medicina, por essa razão, ela, tinha forte domínio no papel social da mulher que se prolongou por séculos até os dias de hoje.

Corroborando com essa ideia, Margareth Rago (2004) afirma, até o fim dos anos 1960 a identidade da mulher esteve ligada ao lar nos papéis de dona de casa e mãe. Naquele momento,

[...] reinavam no imaginário social as definições construídas pela medicina do século XIX sobre a identidade feminina. Segundo esta, as mulheres deveriam desejar ser mãe, acima de tudo, como se sua suposta essência se localizasse num órgão específico – o útero, capaz de responder por todos os seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais (RAGO, 2004, p. 31-32).

Assim, ainda no século XX, permaneceu à aliança das instituições (Estado, Igreja, Medicina e Família) no controle da moral sexual da mulher, como afirma Mary del Priore (2011, p. 121),

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas selou um ‘pacto moral’ com a Igreja. Esta se tornaria uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado.

Tal aliança institucional se manteve cautelosa em criar, estabelecer e efetivar as regras para a manutenção da ordem. Ocorre que tais regras foram direcionadas, principalmente, às mulheres, tidas como frágeis, cujo ideal de essência relacionava-se à maternidade, submissão e obediência.

Moldada no âmbito da moral sexual, a partir dos preceitos da Igreja Católica, a mulher foi e ainda é, de certa forma, privada dos seus sentimentos, ações e

atitudes. Aliás, a referida aliança institucional, criou vários estereótipos à mulher, dentre os quais se destacam o de pecadora, incapaz, histérica, entre outros.

Há algumas décadas, o discurso do prazer da mulher estava relacionado com a satisfação espiritual, doméstica e materna. Prontamente, o discurso do prazer carnal era suprimido para mulheres consideradas de “respeito”.

Foi na segunda metade do século XX, como disciplina, que as pesquisas sobre a mulher iniciou em algumas universidades. Dessa forma, apresentavam diferentes conotações e enfoques e, em alguns casos, sofreu influência do movimento político feminista e de outros fatores internos e externos da sociedade.

A sociedade atual, de certa forma, vive sob mecanismos de controles e cobranças dependendo das relações de poder. Assim, é perceptível que os discursos sobre as sexualidades estejam dentro de uma prática discursiva das relações de poder. Desse modo,

A construção [...] das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO, 2008, p. 18).

Portando, compreendo que o discurso sobre o sexo e a sexualidade passou por processos diversos de saber, de poder, de verdade, do lícito, do ilícito, da obediência, da repressão, enfim, das relações socioculturais das sociedades. Sendo assim, foi construída a “verdade” em volta do sexo e a propósito dele, mascarando-o; tudo isso amparado por um dispositivo na reprodução da verdade. Não obstante, assevera Foucault (2007, p. 64-65) que,

O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que verdade do sexo tenha-se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido construído em objeto de verdade.

Considerando o processo histórico, ao longo dos séculos, surgiu um dispositivo da “sexualidade”. Para Foucault (2007), a sexualidade é correspondente da prática discursiva. Logo,

A sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu

funcionamento, a noção do sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade. Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder, será com relação à instância do sexo que deveremos liberar-nos. Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres (FOUCAULT, 2007, p. 171).

Sabe-se que o discurso científico desde o século XIX esteve preocupado em passar crenças, ofuscar sistemas e em criar “verdades”. Durante tempos, a “verdade” reproduzida pelo discurso esteve controlada pela ciência, pela confissão, ou melhor, pelas relações de poder. Esta “verdade” apresentou-se sempre infiltrada nas relações de poder, ou seja, na aliança (Igreja, Estado, Família e Medicina), a qual fez uso de discursos de “verdade” sobre o sexo e fizeram valer, por meio da confissão, o controle dos perigos do sexo. O corpo representava, em certas situações, a decadência do ser humano.

Nesse sentido, Andrade *apud* Mary del Priore (1995, p. 135) assevera que, o corpo da mulher “[...] representava um instrumento de pecado, e o medo que inspirava tinha a ver com o temor da condenação divina, mas também com o contato com as forças obscuras que ele representava”. Daí passaram a desempenhar uma severa vigilância e controle sobre a mulher.

A prática da vigilância requer informação acerca das pessoas para ser usada com o fim de estabelecer normas de ‘saúde’ ou de comportamento ‘moralmente aceitável’, normas face às quais as pessoas são avaliadas ou se avaliam a si próprias (NOGUEIRA, 2001, p. 12).

Portanto, as instituições cristãs, por meio da confissão passou a identificar, não apenas, o ato sexual propriamente dito, mas passou-se a identificar as obsessões, gestos, pensamentos, desejos e qualidades de prazer. A confissão era uma técnica para reproduzir a verdade sobre o sexo.

O processo sociocultural e suas relações de poder e práticas discursivas que hora aprovou, reprovou ou disciplinou homens e mulheres, e/ou até, criou-se artifícios contra todas as “transgressões” sexuais, ao longo do tempo, instituiu, nesses processos, “verdades” ou “inverdades” sobre as diferentes sexualidades femininas.

Segundo Matthews-Grieco (2009, p. 239) “a maioria das proibições às relações sexuais dentro do casamento dependiam da dupla função da Igreja.” De um lado, o consentimento do contato físico entre os cônjuges, seria para gerar filhos; do outro era para “[...] conceder uma expressão legítima à fraqueza humana transformava o leito conjugal em lugar preventivo do pecado da luxúria. Isso tudo ocorria dentro dos limites e conveniências sexuais conjugais.” Porém, mesmo nos dias hodiernos, observa-se os discursos de vigilância e controle da sexualidade conjugal pelas instituições religiosas e pela família.

Segundo Foucault (2007, p. 12), “[...] se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, á inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”.

Algumas das instituições como a Igreja e a Família, prescrevem moderações, superstições e legitimações de posições nas relações sexuais conjugais. Contudo, criou-se um modelo comportamental para casais heterossexuais dentro da formalidade matrimonial. Deve-se considerar que “A religião e os poderes seculares mobilizaram-se periodicamente para reformar um corpo social culpado de pecados ‘contra a natureza’ [...]” (MATTHEWS-GRIECO, 2009, p. 375).

Neste sentido, as diversas religiões ocidentais criaram para as sociedades restrições para o comportamento sexual dentro do casamento. Segundo Rodrigues (2006),

[...] muitas religiões ocidentais construíram teorias segundo as quais o ato sexual é vergonhoso, indigno e desonroso, devendo ser realizado na obscuridade da noite, em solidão, a portas fechadas e furtivamente, algo que deve visar apenas a procriação, mas mesmo assim intrinsecamente pecaminoso (RODRIGUES, 2006, p. 70).

Assim, desde o século XVI, o controle da moral sexual, o rigor à vida sexual era controlado pela Igreja. Segundo o estudioso Ronaldo Vainfas (1997, p. 246): a Igreja “considerava a sexualidade matéria de sua alçada, elevando à categoria do sagrado o sexo conjugal voltado para a procriação e lançando tudo o mais no domínio diabólico ou mesmo herético”.

Portanto, o sexo permitido no casamento era exclusivamente restrito para a procriação, respeitando as posições lícitas determinadas pela Igreja. Por essa razão, a mulher sempre foi vigiada e controlada, seja pela confissão e pelos homens da família.

Mesmo casada, a mulher sofria constante interferência e seguia as normas dos teólogos moralistas, que eram: evitar o excesso, o erotismo, o coito de pé, sentado ou por baixo (da mulher), posições que desperdiçavam o sêmen procriador, pois não entrava no lugar certo (FONSECA, 2010, p. 32).

Daí, “[...] a condenação da lascívia que despertava a louca paixão erótica e levava à cópula irresponsável, de puro prazer” (ARAÚJO, 2006, p. 51). A Igreja, considerava certas posições sexuais como “feias e sujas” e, aqueles que desobedeciam suas determinações eram merecedores de repressão e punições. Assim, Del Priore destaca que,

Controlando o prazer, o sexo no casamento virava débito conjugal e obrigação recíproca entre os cônjuges. Negá-lo era pecado, a não ser que a solicitação fosse feita nos já mencionados dias proibidos, ou se a mulher estivesse muito doente. Dor de cabeça não valia. O que se procurava é cercear a sexualidade, reduzindo ao mínimo as situações de prazer. (DEL PRIORE, 2010, p. 43).

O fato é que muitas mulheres casadas, com prazer ou sem ele, se tornavam mães, e a inferiorização e a misoginia minimizavam-se com a maternidade.

3 SOU MULHER...

A mulher carregava a culpabilidade do pecado da carne e, ainda hoje, a Igreja preserva parte desse discurso. Em épocas anteriores, a mulher deveria ser constantemente vigiada de perto, no intuito de não se desviar da conduta moral estabelecida, como assevera Araújo (2006, p. 49): “Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada”.

Ao longo do tempo, ocorreram diversas mudanças nos valores socioculturais e nos seus discursos. Segundo Rodrigues (2006, p. 75) “o sexo está entre a natureza e a cultura”. Logo, as concepções dos papéis sociais e a identidade da mulher sofreram mutações.

Nos dias hodiernos, a percepção em “Ser mulher não é a pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser. A grande tarefa de todas elas é o dever de ser aquilo que elas entendem por mulher” (TOURAINÉ, 2011, p. 27). Para Touraine (2011), a subjetividade das conquistas das mulheres ultrapassam discursos teológicos, e o “ser mulher” estar agregado a capacidade

individual de responsabilidade e livre arbítrio dos papéis sociais. É uma nova consciência de escolha de liberdade.

A identidade das mulheres passa pela compreensão de superação dos discursos de inferiorização que lhes foram atribuídos pelas instituições dominadas por homens. Esta identidade constitui numa superação pela capacidade de reprodução da espécie, ou seja, a gravidez, a qual “[...] indica o que a mulher possui e o homem não possui” (TOURAINÉ, 2011, p. 46).

A formação da identidade feminina não é uma criação, ela é construída da resistência à identidade social que lhes foi imposta. Então, Touraine (2011, p. 47) afirma: “a liberdade das mulheres não seria completa se não as libertasse de toda referência a seu ser próprio, à sua natureza ou à sua ‘psicologia’”.

Para estudar a identidade e a sexualidade feminina deve-se ter a compreensão do processo da sociologia do corpo. Segundo Le Breton (2007), esta parte da sociologia abrange uma compreensão de fenômenos sociais, culturais, de razões simbólicas, objetos de representações e imaginários.

Assim, a Sociologia do Corpo auxilia na compreensão de que “[...] o corpo é objeto de uma construção social e cultural” (LE BRETON, 2007, p. 65). Ainda nesse sentido, Le Breton (2007, p. 70) assevera que “O corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo. No interior do corpo são possibilidades sociais e culturais que se desenvolvem”.

Assim, o conjunto das interferências socioculturais e suas significações, são, pois, propagadas por meio do corpo, seja de forma coletiva ou individual. O corpo é a prova da existência do ser, e, ele pode ser compreendido por meio das diferentes idades. O sentir, o tocar, o saborear, a dor e o prazer são expressões do corpo físico. Por essa razão, o corpo é lugar das sensações. Os padrões estabelecidos por discursos como gestos, roupas, comportamentos, falas e outros, diferentemente, são componentes simbólicos da corporeidade do ator social.

Numa perspectiva sociocultural, o corpo pode ser objeto do desejo e estar exposto à posse e submissão. O corpo social é reflexo de um conjunto de regras que, a todo o momento, é lapidado e imbuído de símbolos, de rituais, de posturas e ações.

Segundo Alain Corbin (2009, p. 09), as expressões usuais do corpo, como o olhar, o mover e o portar-se, compõem a “fábrica social do corpo”. Sendo assim, o

corpo é “Emissor e receptor, [...] produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural” (LE BRETON, 2007, p. 08).

Todo o processo sociocultural da expressão corporal do ser humano, segundo Le Breton (2007), apresenta-se em diferentes momentos da existência do ator social. Durante toda a vida, a dinâmica cultural e o meio social influenciam nos estilos de vida e nos papéis que convêm aos atores.

Porém, na atualidade, para muitas mulheres

A sexualidade não é, por consequência, um dado biológico e menos ainda uma construção social imposta pelo poder varonil. Ela é transformação dos desejos sexuais em construção de si, já que a sexualidade transforma um dado não social em afirmação – ela também não social - de uma liberdade criativa. A sexualidade reordena os impulsos sexuais para que eles iluminem a experiência humana e contribuam na criação do ator, que age sobre ele mesmo ao invés de ser determinado pelo meio ambiente (TOURAINÉ, 2011, p. 63).

Neste sentido, vale salientar que a sexualidade “[...] diz respeito aos usos do corpo [...]” (LHOMOND, 2009, p. 231). “Fala-se da conduta, comportamento, relações, práticas e atos sexuais” (LHOMOND, 2009, p. 231). Assim, a sexualidade pode ser definida, segundo Lhomond (2009, p. 231), como: “[...] a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com as épocas e as sociedades”.

Por essa razão, a ideia de sexualidade não deve ser associada apenas a sua base social. “Ainda que a construção social da sexualidade reproduza as desigualdades e as discriminações adquiridas, a construção pessoal do indivíduo apoia-se na atividade sexual a mais dessocializada possível” (TOURAINÉ, 2011, p. 57).

Contudo, desde o movimento feminista na década de 1920 e posteriormente em 1960, o sentido político e a compreensão dos papéis da mulher na sociedade mudou consideravelmente. As práticas discursivas, sobre a mulher, continuam ambíguas nos seus papéis socioculturais e da sua vida privada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso sobre o sexo e a sexualidade na sociedade esteve associado ao lícito e ilícito. E, quando apontamos as práticas discursivas de vigilância e de controle sobre a mulher pelas instituições religiosas encontramos discursos ora conservadores, ora progressistas. Em pleno século XXI, a sociedade ainda discrimina e estigmatiza o papel feminino fora dos padrões “estabelecidos”. As mulheres que expõe sua sexualidade estão contra a maioria.

Compreendemos que na sociedade contemporânea as mulheres

[...] querem criar, a partir delas mesmas, um novo modelo de cultura, mas que deve ser vivido por todos, homens e mulheres. Elas consideram a oposição homens / mulheres como uma criação da ordem masculina; a transformação engajada pelas mulheres deve eliminar essa oposição e não estabelecer nenhuma hierarquia no interior do mundo múltiplo, diverso e mutável, da sexualidade. (TOURAINÉ, 2011, p. 117-118).

Esses novos valores socioculturais ultrapassam os objetivos e as conquistas do movimento feminista. Questionamos então, se a sociedade ou o “mundo das mulheres” poderá existir sem conflitos? Acreditamos que não, pois as relações de poder existentes na sociedade constroem e disseminam seus discursos que reforçam suas “verdades”, entre os atores sociais.

As transformações nas novas relações socioculturais refletiram, consideravelmente, na identidade feminina e na sexualidade. Pensando a sexualidade feminina como objeto de estudo, deve-se considerar a diversidade e as diferenças das experiências sexuais humanas, pois elas constituem “[...] um conjunto de processos sociais, culturais, históricos e, também, biológicos” (CHACHAM; MAIA, 2004, p. 75).

Acreditamos que os preceitos religiosos, cristãos, mostra-nos uma relação complexa com a realidade sexual. Se considerarmos a moral religiosa e sexual das mulheres nos princípios de Tomás de Aquino, São Jerônimo e Santo Agostinho, nós mulheres estaremos condenadas (eternamente). Compreendemos que o comportamento sexual da mulher depende, em alguns casos, dos escrúpulos cristãos que defendem e estão presentes em nossa sociedade, seja de forma progressista seja conservadora.

As conquistas da mulher ao longo do tempo nos permite dizer que todas as formas de prazer são permitidas; Logo, o sexo e a sexualidade da mulher diz respeito a si própria, ela, é quem deve determinar regras, normas, o lícito e o ilícito. Considerando as relações de poder e as construções socioculturais sobre as posturas sobre o sexo e a sexualidade da mulher, haverá sempre as diferenças e discórdias que dividiram os atores sociais.

RELIGION, WOMAN, SEX AND SEXUALITY: WHAT'S THIS DISCOURSE?

Abstract

The religious interference in women's education had strong attributes. We realized that even with the changes that have occurred over time, and in sociocultural relations, in the XXI Century. There are signs of religious influence in the daily life of society, mainly on the woman. Therefore the present study by means of cultural history, gender studies, discourse analysis and critical studies of the speech, intends to identify the construction of the discourses, the religious interferences and control over the sex and female sexuality.

Keywords: Discourse Analysis. Religious Institutions. Power Relations.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Da Análise do Discurso à Análise do Discurso: introduzindo conceitos. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLiar-CABRAL, Leonor (Org.). **Desvendando Discursos**: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e Sexualidade da mulher brasileira. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CORBIN, Alain. (Org.). **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. Tradução João Batista Kreuch e Jaime Clasen. 3. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2009. v. I.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

_____. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Tradução e adaptação Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

ESTEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Tradução: Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

FONSECA, Maria Elizabeth Melo da. **A paixão de Quitéria**: crime, pecado ou indecência? Uma contribuição aos Estudos Críticos do Discurso. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FUNCK, Susana Bornéo. **Discurso e identidade de gênero**. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Org.). *Desvendando Discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

IÑIGUEZ, Lupicinio. **Os fundamentos da Análise do Discurso**. In: IÑIGUEZ, Lupicinio. (Coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Tradução Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LE BRETON, David. **A Sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. In: *Proposições* (UNICAMP), v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

MATTHEWS-GRIECO, Sara F. Corpo e sexualidade na Europa do Antigo Regime. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: da renascença às luzes. 3. ed. Tradução Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Rio de Janeiro; Vozes, 2009. v. I.

NOGUEIRA, C. A Análise do Discurso. In: ALMEIDA, L.; FERNANDES, E. **Métodos e técnicas de avaliação**: novos contributos para a prática e investigação. Braga: CEEP, 2001.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. Ser mulher no Século XXI ou Carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fricruz, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das mulheres**. Tradução: Francisco Morás. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. I.